

Brasil mudará negociação da dívida externa

William Waack

O Brasil prepara modificações importantes na maneira de negociar sua dívida externa. O novo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, assessores do presidente José Sarney e alguns dos membros da comissão de renegociação da dívida acham que o cenário internacional modificou-se em prejuízo da posição brasileira, que já era considerada débil.

São três os fatores que pesam agora na formulação da política econômica externa brasileira:

- A mudança no Ministério da Fazenda trouxe para o topo da conduta da renegociação da dívida um intelectual dominado pela idéia da racionalidade no tratamento da questão externa.

- Os principais bancos credores articularam um garrote contra o Brasil e já fizeram tudo o que poderiam fazer. Estão em posição favorável, de espera.

- A forte ameaça de uma guerra comercial entre os três gigantes — os EUA, o Japão e a Alemanha Ocidental — já começou a jogar os juros internacionais para cima e a prejudicar as chances de exportação. É o assunto internacional dominante no momento, deixando a crise do endividamento praticamente em segundo plano.

De maneira sutil, Bresser Pereira inverteu tão logo assumiu o posto uma premissa fundamental de seu sucessor na condução da negociação da dívida externa. Dilson Funaro insistira numa tese apoiada em dois pilares: a necessidade de se arrastar os governos dos países industrializados em conversas políticas e globais,

antes do entendimento com os bancos comerciais, e a pretensão de estabelecer em primeiro lugar qual o volume de recursos que os credores poderiam colocar à disposição do Brasil, para depois apresentar um plano de ajuste econômico.

Bresser colocou ênfase imediata no diálogo com os credores — e note-se que seu discurso não contém qualquer referência aos governadores reunidos no Clube de Paris. O novo ministro da Fazenda anunciou imediatamente um plano a curto prazo, “austero e responsável”, com o qual “será possível restabelecer o diálogo com a comunidade financeira internacional”. Bresser obviamente ganhou fortes aplausos dos banqueiros. “O que ele disse é música para nossos ouvidos”, comentou um deles.

Os credores comerciais repetem o velho tango chamado **Fumando e Esperando**. O fato de não terem cortado as linhas de crédito a curto prazo à disposição de bancos brasileiros operando no exterior não constitui motivo de grande otimismo, tal como expressado pela equipe de Dilson Funaro. Na verdade, tais facilidades estão sendo esgotadas pelas beiradinhas, num lento mas seguro processo de asfixia, comparável ao garrote espanhol. “Só quem ficou pendurado no telefone quando a compensação do Banco do Brasil em Nova Iorque não fecha é quem sabe disso”, comenta, com ironia, o ex-ministro Delfim Neto.

Para os principais governos do mundo, a crise do endividamento perdeu em urgência diante da grave perspectiva de uma guerra comercial entre EUA, Japão e Alemanha Ocidental. Publicações como o **Economist**, diga-se

de passagem, consideram essa ameaça bastante real: “Olhando para o futuro, é fácil imaginar o pior.”

Contra todos os prognósticos feitos a partir da queda do dólar, o déficit comercial americano ainda subiu. Os japoneses, que concordaram em valorizar o iene em quase 40% desde o ano passado, tiveram a infelicidade de anunciar um superávit comercial de 101 bilhões de dólares, justamente quando o **premier** Yasuhiro Nakasone se encontrava com o presidente Ronald Reagan para buscar algum tipo de entendimento. O resultado da marcada dificuldade de cooperação entre as três economias mais fortes do mundo é o reforço de tendências protecionistas que afetam justamente um dos itens fundamentais da estratégia brasileira para recompor suas contas: as exportações para os mercados ricos. Mais ainda: a taxa do **prime** já subiu e, de acordo com o presidente do **Federal Reserve**, Paul Volcker, esta medida foi tomada para proteger o dólar.

“É fácil agora perceber que ninguém mais está tão preocupado com a situação brasileira”, diz um dos integrantes da comissão de renegociação da dívida externa. “Os mercados europeus estão simplesmente apavorados com o que acontece entre o Japão e os Estados Unidos. Ninguém mais fala da dívida e os bancos só estão esperando para ver o que vai acontecer. Nessas circunstâncias, nossa capacidade de pressão diminuiu bastante, pois os governos dos países ricos, até agora, não traduziram seu apoio verbal em qualquer tipo de ajuda.”

Ao contrário: no dia em que Dilson Funaro se despedia de seu cargo, seus assessores se

queixavam de que os governos credores reunidos no Clube de Paris não cumpriam um dos itens fundamentais do acordo obtido a duras penas em janeiro. A reabertura das agências oficiais de crédito não ocorreu e depende apenas da vontade política dos governos ricos.

O quadro é bastante negativo e o alarme já soou de Washington, na forma de telegramas do embaixador Marcílio Marques Moreira, várias vezes. Há, porém, algumas modificações substanciais que estão tomando corpo. Bresser Pereira não disse ainda que vai ao Fundo Monetário Internacional, mas também não afirmou que se recusa a fazê-lo. O embaixador Saraiva Guerreiro, chefiando a comissão de renegociação, fez surpreendente declaração em depoimento a uma comissão da Constituinte, afirmando que o **FMI** poderia ser utilizado pelo Brasil.

O próprio FMI tem mandado sinais inconfundíveis para os brasileiros. Seu novo diretor-gerente, o francês Michael Camdessus, mudou alguns funcionários responsáveis pela América Latina na administração anterior e disse que sua instituição “será mais flexível”. Bresser captou a mensagem: avistou-se com membros da missão do FMI em Brasília e também com o Banco Mundial.

A opção por uma negociação em moldes convencionais parece clara — se não for a única que resta ao Brasil neste momento. Bresser prepara-se para executá-la com apoio de assessores no Planalto e da comissão de renegociação da dívida. Depende tudo agora de um punhado de líderes do PMDB e do próprio presidente José Sarney.